

## **Teorias Linguísticas Contemporâneas: Superação e Rupturas**

**Contemporary linguistic theories: overcoming and ruptures**

José Borges Neto\*

\*Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba – PR, 80.060-000, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Cascavel – PR, 85.819-110, e-mail: borgesnetojose@gmail.com

**RESUMO:** As teorias linguísticas contemporâneas rompem com a tradição gramatical, que remonta às gramáticas greco-latinas, em diversos pontos. Não conseguem, no entanto, superá-la. Minha argumentação procura mostrar que essa situação é resultado de um processo de naturalização da teoria gramatical tradicional que, como um filtro, distorce a visão que o linguista tem dos fatos gramaticais. Na medida em que o linguista tem sempre a teoria tradicional como guia para suas análises e suas classificações, e assume como se fossem da língua objetos teóricos tradicionais, noções desnecessárias para suas teorias acabam sendo tratadas. Vou exemplificar esse processo de naturalização – e os problemas que causa nas teorias linguísticas contemporâneas – com algumas noções ligadas à morfologia da língua portuguesa, particularmente noções ligadas às classes de palavras e à distinção entre os processos morfológicos de flexão e derivação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filosofia da Linguística; gramática tradicional; naturalização

**ABSTRACT:** Contemporary linguistic theories break with the grammatical tradition, which goes back to the Graeco-Latin grammars, at several points. They cannot, however, overcome it. My argument seeks to show that this situation is the result of a process of naturalization of traditional grammatical theory that, like a filter, distorts the linguist's view of grammatical facts. To the extent that the linguist always has the traditional theory as a guide for his analyzes and assumes as if traditional theoretical objects are objects of the language, unnecessary notions for his theories end up being treated. I will illustrate this process of naturalization - and the problems it causes in contemporary linguistic theories - with some notions related to the morphology of the Portuguese language, particularly notions related to the classes of words and to the distinction between the morphological processes of inflection and derivation.

**KEYWORDS:** Philosophy of Linguistics; traditional grammar; naturalization

O título deste texto levanta um conjunto de questões: o que é uma teoria linguística? O que é que as teorias linguísticas contemporâneas superam? Com o que elas rompem?

Vou começar discutindo a noção de teoria.

O termo *teoria* vem de uma palavra grega que queria dizer algo como contemplação, reflexão. Para a fala cotidiana, não técnica, teoria significa uma conjectura, uma suposição, uma explicação, de qualquer natureza, sobre algum aspecto da realidade. Nesse sentido do senso comum, por exemplo, podemos admitir como teoria a afirmação de que os relâmpagos são dardos arremessados por Zeus ou que nossas vidas são determinadas pela posição dos planetas no momento de nosso nascimento, na medida em que são “explicações” para fenômenos meteorológicos ou características de nossas personalidades.

Uma teoria científica é, certamente, outra coisa. Apesar de não sabermos exatamente o que torna científica uma teoria – o problema da demarcação entre ciência e conhecimento não-científico continua aberto – sabemos, em linhas gerais, que as teorias científicas supõem, necessariamente, dois conjuntos de coisas: um conjunto de fatos observáveis e um conjunto de hipóteses verificáveis, explicativas, sobre os fatos observáveis. Ainda, para termos uma teoria, é preciso que os fatos observáveis sejam obtidos a partir de uma observação sistemática e metódica e que as hipóteses sejam adequadas a eles, ou seja, expliquem adequadamente os fatos. A diferença entre as teorias científicas e as teorias “populares”, então, poderia estar na exigência de que as primeiras deveriam ser sistematicamente contrastadas com as evidências empíricas, testadas e, na existência de indícios de que não se conformam aos fatos, abandonadas (ou, pelo menos, reformuladas). As teorias científicas devem ser, em consequência, testáveis e os cientistas que as propõem devem estar prontos para abrir mão delas diante de fatos que as refutem. As teorias “populares”, por outro lado, costumam ser não-testáveis, imunes às evidências contrárias e muitas vezes incompatíveis com o conhecimento científico obtido em outras áreas cujas teorias estão solidamente justificadas. A astrologia, por exemplo, ignora o fato de que o corpo do médico obstetra que auxilia um parto exerce influência maior, gravitacional, eletromagnética etc., no corpo do nascituro do que Júpiter ou qualquer estrela.

Um dos problemas que impedem uma rigorosa distinção entre ciência e não-ciência está na natureza dos fatos observáveis. Imaginar que os fatos são neutros, objetivos, isentos de ideologia, é ignorar a história da ciência. Milhares de pessoas viram uma maçã cair da árvore antes de Isaac Newton, mas ele, ao observar a queda da maçã (segundo a lenda), viu (criou? imaginou?) um fenômeno particular que denominou *gravidade* e definiu como uma força que atrai coisas para o centro da terra. A partir daí construiu uma

teoria – científica – que assume que os corpos têm massa e que atraem outros corpos na proporção direta de suas massas e do inverso do quadrado de suas distâncias. Em suma, o fato que é assumido pela teoria gravitacional de Newton não é a queda da maçã, mas a força que puxa a maçã para o chão. Creio que não estarei distante da verdade se disser que a gravidade não foi diretamente observada por Newton, mas é uma noção *criada* por ele para explicar quedas em geral. Os fatos supostos por uma teoria científica não são eventos particulares e concretos, mas sim noções, ideológicas e datadas, que surgem de explicações, conjecturas ou suposições iniciais relacionadas aos eventos concretos. Tanto é assim que a gravidade – uma força, para Newton – é entendida como uma curvatura do tempo-espaço por Einstein.

Ao mesmo tempo em que a teoria científica explica fatos do mundo, os fatos são selecionados e caracterizados a partir uma perspectiva já em parte teórica. É quase o dilema do ovo e da galinha. Os fatos “brutos” não dizem como querem ser entendidos e é a interpretação que o cientista dá a eles que os torna fatos para uma teoria.

Creio que já posso introduzir uma nova distinção. O conjunto dos fatos observáveis, construídos ideologicamente, interpretados, constitui o objeto observacional de uma teoria. Na medida em que é submetido a uma explicação sistemática por meio de hipótese falseáveis torna-se um objeto teórico.

Creio que já posso passar às teorias linguísticas.

As línguas humanas, no fundo, são conjuntos de eventos particulares e concretos – *enunciados*, digamos. Esses eventos servem para a comunicação interpessoal, para a expressão de sentimentos, para agir sobre as outras pessoas e várias outras coisas.

Um observador poderia ver nesses eventos, potencialmente, unidades sonoras, porções significativas, expressão de juízos, perguntas, ordens etc. E poderia buscar organizá-los num sistema. O primeiro passo seria criar objetos teóricos abstratos como fones, sílabas, palavras, proposições etc. e, em seguida, estabelecer hipóteses sobre seu funcionamento. Sobre fones e sílabas, o observador poderia estabelecer hipóteses e obter teorias fonológicas; sobre as palavras, poderia estabelecer teorias morfológicas ou lexicais; sobre as proposições, poderia estabelecer teorias sintáticas.

Cada teoria fonológica, por sua vez, transforma o objeto observacional em um objeto teórico particular. Ou seja, um mesmo objeto observacional pode ser submetido a *n* teorias distintas e em cada uma delas é um novo objeto teórico.

Se lançarmos um olhar para a história dos estudos linguísticos, veremos que o primeiro objeto observacional foi estabelecido pelos filósofos e gramáticos da

antiguidade greco-latina. Esses filósofos e gramáticos olhavam para os enunciados e viam, entre outras coisas, (i) elementos não-significativos que lhes davam suporte material (sons elementares, sílabas, elementos prosódicos); (ii) elementos significativos (palavras); (iii) relações entre os elementos significativos (flexões, derivações, concordâncias, regências); (iv) articulações entre os elementos significativos para obter expressões significativas não-elementares (orações ou proposições); (v) “papéis” que cada unidade exercia nas orações (sujeito, atributo, complemento etc.).

Esses mesmos filósofos e gramáticos da antiguidade acabaram por permitir o estabelecimento de uma teoria, que transformou o objeto observacional num objeto teórico. Há um conjunto de noções básicas (sílabas, palavras, orações – que equivaleriam às noções de massa, força etc. da teoria newtoniana); um sistema de hipóteses – como, por exemplo, a que estabelece que entre sujeito e predicado há uma relação de concordância – que equivaleria à “lei” que diz que os corpos com massa se atraem – e assim por diante.

Essa primeira teoria das línguas, que vou chamar aqui de *gramática tradicional*, vai ser construída aos poucos por vários séculos e vai estar pronta, quase como a conhecemos hoje, por volta do final do século IV.

Posso voltar agora à questão do título do texto e tratar da ruptura e da superação das teorias linguísticas contemporâneas.

Uma primeira ruptura que se podia esperar é com relação à gramática tradicional. As teorias linguísticas, em geral, assumem um discurso de ruptura com os estudos gramaticais, tanto com relação aos velhos objetivos pedagógicos que determinavam a função desses estudos, como com relação à teoria de fundo que os suportava.

Numa visão bem geral, podemos dizer que o pensamento linguístico tradicional entendia os estudos linguísticos como propostas de descrição de alguma forma privilegiada de língua (a variedade linguística considerada correta, nobre, sempre com base no uso da língua feito pelos “bons escritores”): Homero, para os gregos; Horácio e Cícero, para os romanos e assim por diante. Essa descrição atendia a propósitos normativos, uma vez que buscava registrar a língua que deveria ser usada por quem procurasse falar ou escrever corretamente a língua.

Simultaneamente, essa forma privilegiada de língua era descrita com o auxílio da teoria da gramática tradicional.

O primeiro momento de ruptura com o pensamento linguístico tradicional vai se dar por volta do ano 1000, com o surgimento do pensamento especulativo. Para os

especulativos, a descrição do latim apresentada nos trabalhos gramaticais de Donato (século IV) e Prisciano (século V), embora rigorosamente correta em termos descritivos, falhava na justificativa das regras gramaticais. Para corrigir essa falha, empenharam-se na construção de uma teoria capaz de dar as razões lógicas para que as formas linguísticas fossem do jeito como foram descritas.

Os trabalhos dos especulativos não tinham caráter normativo nem eram produzidos com fins pedagógicos – rompiam, assim, com os objetivos da gramática antecedente. A teoria que informava os trabalhos descritivos, no entanto, era assumida no geral. Num movimento interessante, o objeto teórico construído na gramática tradicional foi entendido pelos especulativos como se fosse o objeto observacional: assumia-se a descrição como correta, objetiva, fiel à realidade, como *factos*, em consequência. Ignorava-se a possibilidade de que tais “factos” resultassem de uma visada ideológica e que a realidade da língua pudesse ter outra constituição. Sobre esse objeto teórico entendido como objeto observacional, os especulativos construíram sua própria teoria.

É importante destacar que as gramáticas de Donato e de Prisciano continuaram a ser usadas nas escolas medievais, para o ensino do latim, mesmo durante o período de prestígio das gramáticas especulativas, o que facilitou o entendimento de que a teoria tradicional espelhasse a realidade das línguas.

No século XVI, com o Renascimento, essa teoria dos especulativos é abandonada e os estudos gramaticais retomam a teoria das gramáticas tradicionais – agora para a explicação das línguas vernáculas, entre as quais o português.

Essa situação vai perdurar até o século XIX (com um ou outro momento de dissenso, que vou ignorar aqui). Nesse século, com o surgimento do modelo histórico-comparativo, a atenção dos estudiosos vai se voltar para a história das línguas, para o estabelecimento de relações de parentesco entre as línguas, para a busca de leis para a mudança linguística.

Pode-se dizer que o objeto observacional dos trabalhos histórico-comparativos não é o mesmo que a gramática tradicional supõe, já que sua questão central é a mudança linguística e a tipologia. Ocorre, no entanto, que a teoria da gramática tradicional, tal como acontecera com os especulativos, é integralmente assumida pelos comparativistas. É como se os aspectos históricos fossem apenas acrescentados, como adendo, na teoria da linguística histórico-comparativa. É interessante notar, também, que o ensino das línguas continuou sendo feito a partir das velhas gramáticas normativas, que assumiam a teoria da gramática tradicional.

Houve tentativas de incorporar o conhecimento histórico nas gramáticas escolares da época. A dificuldade da tarefa e uma suposta inutilidade desse conhecimento histórico para os fins normativos e pedagógicos das gramáticas escolares levou a um desmembramento dos estudos em duas vertentes: gramáticas históricas ou filológicas, de um lado, como estudos científicos, e, de outro lado, gramáticas normativas, tradicionais, para serem usadas nas escolas.

Ou seja, novamente chegamos a uma situação de existência paralela entre o estudo das línguas pela teoria tradicional – sempre tendo em vista uma forma privilegiada de língua – e uma teoria das línguas, nova, científica, baseada na história.

Vamos passar à contemporaneidade. O que vemos hoje é um quadro muito semelhante: de um lado temos as gramáticas escolares (Celso Cunha, Bechara, Cegalla, Pasquale etc.) destinadas ao ensino da língua “correta” e assumindo a teoria da gramática tradicional, e de outro lado os estudos linguísticos, teóricos, científicos, não normativos.

Esse breve percurso histórico nos revela duas coisas: primeiro, que a proposta gramatical surgida no pensamento greco-latino parece imbatível, já que a sua teoria das línguas permanece quase intacta por mais de dois mil anos; segundo, que as teorias alternativas sobre a linguagem percorrem caminhos paralelos à gramática tradicional. Não sei se é possível dizer que as propostas teóricas contemporâneas *superam* a tradição, embora talvez se possa dizer que *rompem* com elas, ao menos parcialmente. E digo parcialmente porque nem o rompimento está claro para mim.

Vou dar dois exemplos do que estou dizendo.

Começo pelo capítulo 4 do volume II da *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, obra gigantesca, coordenada por Ataliba Teixeira de Castilho e produzida por uma grande equipe, constituída por alguns dos melhores linguistas em atividade no Brasil. Este capítulo – denominado *O Adjetivo* – foi escrito por Esmeralda Negrão, Ana Müller, Geisa Nunes-Pemberon e Maria José Foltran, linguistas de competência acima de qualquer suspeita. As autoras iniciam o capítulo com uma afirmação e uma pergunta:

Para estabelecer que um item lexical pertence a uma determinada classe gramatical, é necessário reconhecer que tal item possua as propriedades que caracterizam essa classe. Nesse sentido, caracterizar um conjunto de propriedades é condição prévia para definir e delimitar uma determinada classe gramatical.

Quais são as propriedades que caracterizam os adjetivos?  
(NEGRÃO et al. 2008, p. 371 – o grifo é acrescentado)

É notável que a pergunta que encerra o trecho citado contradiga absolutamente a afirmação do parágrafo anterior. A afirmação diz que antes de incluir um item lexical

(uma palavra, digamos) em alguma classe é preciso ter estabelecido as propriedades que caracterizam a classe: só assim, pela identificação da presença das propriedades da classe no item lexical, é que podemos determinar o pertencimento ou não do item na classe. A pergunta, por sua vez, parece supor a existência da classe dos adjetivos e o conhecimento de sua extensão. Ou seja, as autoras parecem ser capazes de identificar “adjetivos” e a partir da investigação das propriedades que eles apresentam chegar às propriedades da classe. A classe dos adjetivos já está previamente delimitada. Antes mesmo da identificação de suas propriedades.

Ao invés de procurar propriedades nas palavras – nas palavras, individualmente, e não nas classes já estabelecidas (certamente por algum critério) – o que de fato se busca é a recuperação dos critérios que alguém, no passado, já usou para definir a classe que é tomada como ponto de partida. Em outras palavras, parte-se da classe tal como definida pela gramática tradicional.

Isso fica ainda mais claro quando olhamos o que as autoras dizem na sequência:

Neste capítulo, partiremos da análise do comportamento gramatical de itens lexicais intuitivamente classificados como adjetivos, enumerando as propriedades que exibem e que determinam a classificação proposta. (NEGRÃO et al. 2008, p. 371 – o grifo é acrescentado)

As autoras escondem que a sua busca é dos critérios que levaram outros a proporem os limites da classe atrás do apelo a uma *intuição* (o que quer que isso possa ser) de classe. Talvez analfabetos possam ter “intuições” sobre a língua, linguistas apenas relembram e retomam análises com que tiveram contato. A classe dos adjetivos analisada, em busca de propriedades comuns (necessárias e suficientes, imagino), é a velha classe dos *nomes adjetivos*, apontada por Dionísio Trácio (séc. I a.C.)<sup>1</sup>, presente nas gramáticas medievais e já discutida longamente por Santo Anselmo de Cantuária, no século XI, em seu texto *O Gramático*<sup>2</sup>.

Este exemplo mostra que mesmo linguistas altamente competentes, especialistas em teorias linguísticas de alta complexidade como a gramática gerativa e a semântica formal, são incapazes de se desvencilhar da teoria de nossas gramáticas tradicionais. O trabalho com palavras (o termo *item lexical* é enganador, já que fica a meio termo entre palavra e morfema) e suas classificações seria uma demonstração disso.

O segundo exemplo envolve a distinção entre *flexão* e *derivação*.

---

<sup>1</sup> Ver Chapanski 2003.

<sup>2</sup> Ver Anselmo de Cantuária 1973.

No pensamento grego – aristotélico – os nomes denotavam *substâncias* (por exemplo, o nome *cavalo*). Podíamos identificar nas substâncias propriedades acidentais, isto é, propriedades que se ajuntavam à substância sem que ela passasse a ser outra. Por exemplo, *malhado*, em *cavalo malhado*: um cavalo malhado ainda é um cavalo. Daí a distinção tradicional entre nomes substantivos, que designam as substâncias, e nomes adjetivos, que designam os acidentes.

Nos estudos tradicionais das partes do discurso, distinguiram-se dois tipos de palavras: as *palavras variáveis* e as *palavras invariáveis*. As primeiras, eram palavras que podiam apresentar informações semânticas *acidentais* adicionadas à ideia central a que correspondiam. Por exemplo, o nome *cavalo* correspondia a uma *substância*, e a mesma palavra podia apresentar uma forma alternativa – *cavalos* – em que a substância era acrescida do acidente *plural*. As duas formas da palavra – *cavalo* e *cavalos* – denotam a mesma substância e se distinguem pelo acidente *número*.

Desta forma, *uma mesma palavra*, a depender dos acidentes adicionados à ideia central (à substância, no caso dos nomes), podia se apresentar sob várias formas, ou seja, podia ser *variável*. Os *nomes*, os *verbos*, os *artigos*, os *adjetivos*, os *particípios* e os *pronomes* eram classes de palavras variáveis. As variações de uma mesma palavra eram chamadas de *flexão* e constituíam o *paradigma* associado a ela.

Por outro lado, algumas palavras sempre se apresentavam sob uma mesma forma – nunca variavam – e o paradigma associado a elas era constituído por uma única forma, invariável. Essas palavras não possuíam flexão. *Advérbios*, *preposições* e *conjunções* eram palavras invariáveis.

Esse modo de fazer morfologia foi denominado por Charles Hockett, em 1954, de modelo “palavra-e-paradigma”.

O estruturalismo americano, no século XX, substituiu o modelo “palavra-e-paradigma” pelo modelo “item-e-arranjo”. Neste novo modelo morfológico, as palavras deixaram de ser a unidade de análise. A unidade de análise passou a ser o *morfema* e as palavras deixaram de ser atômicas e passaram a ser entendidas como arranjos particulares de morfemas.

Creio que podemos dizer que a abordagem estruturalista alterou significativamente o modo de funcionamento da morfologia, ou seja, *rompeu* com o modelo anterior.

Nesse novo modelo, no entanto, não é mais possível dizer que há palavras variáveis e invariáveis. Tudo que podemos dizer é que há palavras *monomorfêmicas*, constituídas por um único morfema, e palavras *plurimorfêmicas*, constituídas por mais de um

morfema. Não temos mais como falar de *flexão*, já que essa noção supunha a variação de uma mesma palavra (e dependia crucialmente da noção de palavra variável).

Também não podemos mais distinguir *flexão* de *derivação*. Para os gramáticos tradicionais a flexão era a variação de uma palavra, enquanto a derivação era a construção de uma nova palavra a partir de uma palavra anterior (chamada *primitiva*).

Como a palavra passa a ser um arranjo de morfemas e como os morfemas que constituem a palavra “meninos” (menin+o+s) não são os mesmos que constituem “meninas” (menin+a+s) ou que constituem “meninices” (menin+ice+s), estamos diante de palavras distintas, cada uma delas constituída por um conjunto próprio de morfemas.

Mas qual é o procedimento dos gramáticos? Eles estipulam, sem qualquer base teórica relevante, que alguns morfemas são *flexionais* e outros são *derivacionais*. Estipulam, também, que os *morfemas flexionais* não mudam a palavra (a palavra continua a mesma), enquanto a presença, numa palavra, de um *morfema derivacional*, indica que estamos diante de uma palavra derivada de outra.

Parece claro que o que se pretende é chegar exatamente aos mesmos resultados a que a gramática tradicional chegava com o modelo “palavra-e-paradigma”. É como se tudo que constava na teoria tradicional – e da mesma forma como constava – precisasse ser mantido sem alteração.

O modelo morfológico estruturalista, “item-e-arranjo”, certamente rompe com o modelo tradicional, mas não o supera, na medida em que dá um jeito de garantir que os resultados da análise não se alterem. Mesmo o rompimento é apenas parcial: as noções básicas e os procedimentos teóricos são efetivamente alterados, mas de forma que se chegue exatamente no mesmo lugar. Qualquer discrepância significativa deverá ser evitada.

Tenho chamado de *naturalização* esse processo de tornar os resultados da perspectiva teórica tradicional na base empírica dos novos tratamentos propostos pelos gramáticos e pelos linguistas. Naturalizar uma teoria seria tomar o objeto teórico que ela constrói como objeto observacional sobre o qual vai se construir uma nova teoria<sup>3</sup>.

É isso que se vê claramente no levantamento feito por Carlos Alexandre Gonçalves em seu livro *Iniciação aos Estudos Morfológicos: flexão e derivação em português* (Gonçalves 2011). O trabalho de Gonçalves consiste numa apresentação cuidadosa de todas as propostas já feitas para a distinção entre flexão e derivação e numa avaliação de sua adequação para o tratamento da distinção na língua portuguesa.

---

<sup>3</sup> Ver BORGES NETO 2012a e 2012b.

Já na introdução de seu livro, Gonçalves diz:

Em linhas gerais, a flexão tem sido definida como processo morfológico regular, aplicável em larga escala e sem qualquer possibilidade de mudança na categorização lexical das bases. Radicalmente diferente, a derivação tem sido descrita como processo idiossincrático, caracterizado pelo potencial de mudar classes e por grandes restrições de aplicabilidade. Ao longo do livro, mostramos que essas diferenças são relativas, uma vez que à flexão também podem estar associadas arbitrariedades formais e restrições de aplicabilidade, entre outras características tradicionalmente atribuídas à derivação.  
(Gonçalves 2011, p. 6)

Note-se que já nas primeiras palavras fica patente que Gonçalves considera que flexão é um processo morfológico que pertence à língua e que, como tal, deve ser definido. É como se ele dissesse: “nas línguas, existe flexão; e é necessário que a definamos em nossa teoria morfológica”. Na sequência, ele vai dizer que o critério da regularidade é inadequado porque “à flexão também podem estar associadas arbitrariedades formais”. Ou seja, Gonçalves sabe, de antemão, o que é flexão e o que é derivação e, a partir de seu conhecimento prévio, o critério da regularidade não obtém adequação empírica, isto é, não permite uma descrição adequada dos fenômenos. Parece claro que para Gonçalves (e para a quase totalidade dos gramáticos e dos linguistas) *flexão* e *derivação* são entendidas como características empíricas do objeto e não noções teóricas, ligadas a uma ou outra teoria da linguagem.

Se – como penso que acontece – o conhecimento que Gonçalves tem dos processos de flexão e derivação é resultado de um processo de naturalização da teoria tradicional, qualquer resultado a que ele chegue, por qualquer critério que venha a adotar, que não seja igual ao resultado a que a teoria tradicional chegava não será empiricamente adequado. E isso pode ser visto pela reação que Gonçalves apresenta diante de outro critério: o critério da relevância sintática.

Em linhas gerais, esse critério – proposto inicialmente por Stephen Anderson (1982) – diz que a flexão é requerida pela sintaxe, o que não acontece com a derivação.

Por este critério, o *número* é uma categoria flexional, já que a informação sobre o número dos nomes deve ser acessível para a sintaxe no processo de concordância (nominal e verbal). Por outro lado, o *grau* não é uma categoria flexional (seria, por definição, derivacional), já que não encontramos nenhuma razão sintática para sua manifestação nas expressões.

É interessante notar, desde já, que não se trata mais de distinguir flexão de derivação – a distinção já foi feita e está clara – trata-se, tanto para Anderson quanto para Gonçalves, de achar o critério que subjaz à distinção. Em outras palavras, não se trata de dizer que será flexão o que for relevante para a sintaxe, mas de dizer que o que é flexão pode apresentar a propriedade de ser relevante para a sintaxe.

Por mais interessante que o critério da relevância sintática possa parecer aos olhos dos linguistas, na medida em que estabelece um critério claro e objetivo para a distinção – um critério que envolve vários fatores de “módulos” gramaticais distintos, como a morfologia e a sintaxe – certamente não é capaz de recobrir exatamente a distinção prevista pela teoria da gramática tradicional.

Se eu uso o critério de usar óculos ou não para dividir as pessoas presentes em um auditório, eu obtenho dois conjuntos de pessoas; se eu troco o critério – digamos, por homens e mulheres – eu obtenho também dois conjuntos, mas só por extrema coincidência os conjuntos serão os mesmos que obtinha antes. É ingenuidade achar que a troca do critério pode nos permitir chegar ao mesmo resultado.

Na medida em que a distinção tradicional entre flexão e derivação foi naturalizada e que é entendida, portanto, como inerente aos fenômenos e não a uma teorização específica, o critério da relevância sintática – e qualquer outro critério que não o original – não seria adequado para reestabelecer a distinção efetuada pela gramática tradicional, exceto por coincidência improvável. Ou seja, o critério da relevância sintática certamente não é adequado para reproduzir uma distinção estabelecida cerca de seis séculos antes de que a sintaxe fosse um assunto da preocupação dos gramáticos.

O próprio Gonçalves (e Anderson) nos dão argumentos para reforçar a proposta de que estamos diante de um caso claro de naturalização da teoria tradicional<sup>4</sup>. Em sua recusa do critério da relevância sintática, Gonçalves diz:

Apesar de dar conta de muitas categorias tradicionalmente caracterizadas como flexionais, o critério ora em exame não se mostra inteiramente adequado, em virtude de nem todos os aspectos da morfologia flexional serem diretamente relevantes para a sintaxe. Por exemplo, classes de conjugação e de declinação, embora consideradas flexionais pelo próprio Anderson (1985), independem da atuação de fatores sintáticos. De fato, nenhuma regra sintática é acionada para estabelecer que um verbo como “tingir” pertence à terceira conjugação;

---

<sup>4</sup> Minha intenção, obviamente, não é criticar Carlos Alexandre Gonçalves. Se ele tem culpa, é de ter escrito um livro (Gonçalves 2011) tão claro e minucioso sobre a distinção flexão/derivação que facilitou em muito meu trabalho. Gonçalves é apenas um linguista típico, que, como a imensa maioria dos linguistas, assume a teoria da gramática tradicional *naturalizada* como seu objeto de análise.

na verdade não há contexto sintático que determine a conjugação (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> ou 3<sup>a</sup>) de um verbo da língua portuguesa.

Vogais temáticas, embora relevantes morfológicamente, são invisíveis para a sintaxe e, por isso, não aparecem, de acordo com Anderson (1982:598), num contexto sintático apropriado. Nenhum morfólogo ousaria afirmar que vogais temáticas – legítimos representantes de uma morfologia mais “pura” (ou *by itself*, nos termos de Aronoff, 1994), sem interação com a sintaxe ou com a fonologia – não constituem unidades da flexão.

(Gonçalves 2011, p. 15-16)

A primeira crítica de Gonçalves ao critério da relevância sintática consiste em reconhecer que embora dê conta de muitos fenômenos tratados como flexão ou derivação pela gramática tradicional, não dá conta de todos. Em outras palavras, o critério estabelece *novos conceitos de flexão e de derivação*. Ao invés de acreditar no critério – supor que a relevância sintática tem consequências teóricas importantes – Gonçalves (e Anderson, pelo menos) preferem abandonar o critério *porque ele não permite chegar aos mesmos resultados a que a gramática tradicional chegava*. A afirmação de que classes de conjugação e vogais temáticas são flexionais, além de estar acima de qualquer critério que se possa propor, ainda é o critério de avaliação de novas propostas de distinção.

Mais de dois mil e quinhentos anos depois da proposição original da distinção, considera-se que ela corresponde fielmente aos fenômenos.

Se for assim, a questão da flexão e da derivação está resolvida: a flexão corresponde às variações de uma mesma palavra e a derivação é uma relação entre palavras distintas. Voltamos ao velho modelo morfológico palavra-e-paradigma e zeramos toda a morfologia que se fez no século XX.

A questão toda se concentra na necessidade de mantermos noções teóricas, distinções e classificações criadas no quadro teórico da gramática tradicional. Em outras palavras, a pergunta inicial deveria ser: precisamos distinguir flexão de derivação?

Parece claro que estamos diante de distintos processos morfológicos e que valeria a pena distingui-los. Ocorre, no entanto, que o comportamento desses processos morfológicos não parece permitir que os separemos em apenas duas classes, como faz a gramática tradicional. Por exemplo, *número* e *gênero* são tratados como flexão, mas seu comportamento não é exatamente o mesmo: a marcação de número está presente na quase totalidade dos substantivos e dos adjetivos, enquanto a marcação de gênero, embora presente em quase todos os adjetivos, se manifesta apenas em pequena parte dos substantivos (apenas cerca de 5% dos substantivos apresenta formas para ambos os gêneros, como *menino/menina*). A grande maioria dos substantivos se comporta como

*mesa* ou *telhado*, que não possuem contraparte do outro gênero. Só levando em conta o gênero, então, já deveríamos buscar um tratamento desses processos que se afastasse do tratamento tradicional, que os considera “de mesmo tipo”.

Se pensarmos ainda que a noção de flexão se liga a uma perspectiva que a entende como *variação de uma mesma palavra*, teríamos que discutir melhor o que se entende por *uma mesma palavra*. Pensemos no caso de *menino/menina*. Trata-se de uma mesma palavra por razões semânticas, por nomearem uma mesma substância, ou por razões formais, por partilharem um mesmo radical?

Parece fácil argumentar que *menino/meninos* referem uma mesma “coisa”, só diferindo no número, mas não parece fácil argumentar que *menino* e *menina* se refiram a uma mesma “coisa” (pelo menos, não nesses tempos em que vivemos). E se o critério for a denotação, por que não considerar flexão a oposição entre *mesa/mesinha*, já que o objeto denotado parece ser o mesmo, com mudança apenas do tamanho? E antes que alguém diga que *porta* e *portão* não são a mesma coisa, lembro que o aumentativo de *porta* é *portona*, e não *portão*. E o estudo da história da língua pode nos mostrar os porquês dessas variações de forma.

Se a noção de *uma mesma palavra* se basear em características formais, a situação não melhora: o que fazer com os casos de *meninice* e *meninada*?

Enfim. Estamos diante de múltiplos processos morfológicos, cada um com suas características próprias. A descrição cuidadosa de cada um deles, sem levar em conta o que a gramática tradicional dizia, talvez possa nos levar a um melhor entendimento sobre a morfologia da língua portuguesa.

A *naturalização* da teoria gramatical greco-latina, processo que transforma um objeto teórico em objeto observacional, que considera a teoria das gramáticas tradicionais como se fosse a própria língua (que supõe que teoria tradicional é fiel aos fatos, é transparente, é objetiva, não é ideológica), é responsável por boa parte da confusão em que se debate a linguística contemporânea.

Porque ainda trabalhamos tendo a teoria da gramática tradicional como guia, nós, linguistas, não conseguimos propor novos olhares sobre as estruturas linguísticas e a língua que vemos está distorcida pelo filtro da gramática tradicional.

Teorias linguísticas contemporâneas: superação e rupturas: apesar de ver rupturas parciais – e tímidas – não consigo ver superação da tradição gramatical.

## REFERÊNCIAS.

- ANSELMO DE CANTUÁRIA. O Gramático. Em *Os Pensadores*, vol. VII. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 177-203.
- BORGES NETO, J. Morfologia: conceitos e métodos. In: LIMA, M. A. F.; ALVES FILHO, F.; COSTA, C. S. C. (Org.). *Colóquios linguísticos e literários: enfoques epistemológicos, metodológicos e descritivos*. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 53-72.
- BORGES NETO, J. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura? *Todas as Letras*, v.14, n.1, São Paulo: Mackenzie, 2012a, p. 87-98.
- BORGES NETO, J. Flexão e derivação: será que os tratamentos dados a esta distinção não adotam uma perspectiva “enviesada”? *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas: IEL/Unicamp, 2012b, p. .
- CASTILHO, A. T. de (Coord.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v. II.
- CHAPANSKI, G. *Uma tradução da Tékhne Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. Dissertação (mestrado em letras), Curitiba: UFPR, 2003 – Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24818>.
- GONÇALVES, C. A. *Iniciação aos Estudos Morfológicos: flexão e derivação em português*. São Paulo: Contexto, 2011.
- HOCKETT, C. F. Two models of grammatical description. *Word*, v. 10, 1954, p. 210-234.
- NEGRÃO, E. V. et al. O Adjetivo. In CASTILHO (coord.), 2008, p. 371-396.

Data de recebimento: 04/09/2018

Data de aprovação: 04/09/2018